Editais

CCR ViaOeste

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaOeste"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER ("contrato de concessão"), sendo vedada a prática de atos estranhos à essa finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 169,25 quilômetros e manutenção e conservação de 6,81 quilômetros ("Concessão"). O prazo do contrato de concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, e conforme aditado pelo 12º, 23º, 24º, 25º e 26º Termos Aditivos Modificativos ao contrato de concessão, passou a ser válido até 29 de março de 2025. A Companhia emprega de forma direta 748 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia. **1.3. Destaques de 2024: Investimentos:** • SP 280 Implantação de vias marginais entre os kms 23+020 a 25+700 ML; • SP270 Duplicação 46+700 ao km 67 e km 67+000 ao km 87; • Recuperação de pavimento; • SP270 Dispositivo objeto de TAM km 46, 58, 80 e 84; • SP280 implantação de novos acessos a Osasco (Fuad Auada); • Devolução de ativos da concessão; • SP280 Implantação faixas adicionais por nível de serviço entre o km 47 e km52; • Demais investimentos (SPA053/280 Duplicação da Livio Tagliassachi, SP270 Drenagem da Hersheys, SP280 melhorias no dispositivo km50, Desapropriações Antigas, Ações Judiciais, Projetos ATO, Meio Ambiente, Supervisão e Monitoramento respectivamente). **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** • Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2024. **Empréstimos e Debêntures:** • Não houve empréstimo e debêntures em 2024.

2. Desempenho econômico-financeiro: 2.1. Eventos relevantes ao Mercado: Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro:

Em R$ mil	2024	2023	Var %
Receita Operacional Bruta	**1.247.375**	**1.252.522**	**-0,41 %**
Receita Operacional Bruta	**1.247.375**	**1.252.522**	**-0,41 %**
- Receita de Pedágio	1.224.739	1.228.411	-0,30 %
- Outras Receitas	22.636	24.111	-6,12 %
Deduções da Receita Bruta	**(124.617)**	**(118.119)**	**5,50 %**
Receita Líquida	**1.122.758**	**1.134.403**	**-1,03 %**
Custos e Despesas (a)	**(1.227.815)**	**(1.348.388)**	**-8,94 %**
- Depreciação e Amortização	(21.914)	(43.332)	-49,43 %
- Serviços de Terceiros	(202.937)	(66.033)	207,33 %
- Custo da Outorga	(47.030)	(43.713)	7,59 %
- Custo com Pessoal	(125.487)	(119.766)	4,78 %
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(822.799)	(1.064.581)	-22,71 %
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(7.648)	(10.963)	-30,24 %
EBIT ajustado	**(105.057)**	**(213.985)**	**-50,90 %**
Margem EBIT ajustada (c)	**-9,36%**	**-18,86%**	**-50,40 %**
EBIT (b)	**(105.057)**	**(213.985)**	**-50,90 %**
Margem EBIT	**-9,36%**	**-18,86%**	**-50,40 %**
(+) Depreciação e amortização	21.914	43.332	-49,43 %
EBITDA (b)	**(83.143)**	**(170.653)**	**-51,28 %**
Margem EBITDA	**-7,41%**	**-15,04%**	**-50,77 %**
(+) Apropriação de despesas antecipadas (d)	7.648	10.963	-30,24 %
EBITDA ajustado	**(75.495)**	**(159.690)**	**-52,72 %**
Margem EBITDA ajustada (e)	**-6,72%**	**-14,08%**	**-52,23 %**
Resultado Financeiro Líquido	26.089	23.847	9,40 %
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	**(78.968)**	**(190.138)**	**-58,47 %**
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.971	(129)	-2.403,10%
Lucro antes da participação dos minoritários	**(75.997)**	**(190.267)**	**-60,06 %**
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	**(75.997)**	**(190.267)**	**-60,06 %**
Veículos equivalentes (em milhares)	**125.857**	**130.019**	**3,31%**

(a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais; (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, cuja contrapartida afeta os custos totais; (d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras; e (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. **2.2. Desempenho: 2.2.1. Receita operacional:** Em 2024, a receita bruta de pedágio totalizou R$ 1.224.739, representando uma queda de 0,30% em relação a 2023. Essa redução na receita é reflexo dos seguintes fatores: (i) Apesar de um efeito positivo, houve uma diminuição na receita de pedágio devido à redução do valor do excedente tarifário em 20,71%, conforme estipulado pelo TAM 26/2023, assinado em junho de 2023. (ii) O reajuste tarifário contratual de 3,93% que entrou em vigor em julho também influenciou a receita. (iii) Embora tenha havido um aumento de 3,3% no tráfego durante o mesmo período, impulsionado por um cenário econômico positivo e pelo bom desempenho da indústria e do comércio, que resultou em um fluxo maior de veículos de passeio e comerciais, esses fatores não foram suficientes para compensar a redução na receita total de pedágio. **2.2.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R$ 1.227.815 no ano de 2024. Os principais fatores que contribuíram para a redução de -8,94% em relação a 2023, foram: **Depreciação e amortização:** somaram R$ 21.914 no ano de 2024. A redução de -49,43%, reflexo principalmente referente Amortização Acordo Preliminar - Recálculo do TAM 2006. **Custo da outorga:** Inclui a apropriação de despesas antecipadas, que atingiu R$ 54.678 (custo de outorga R$ 47.030 e despesa antecipada R$ 7.648) em 2024, reflexo da Receita e Recálculo de acordo com a nova extensão de prazo da ViaOeste. **Serviços de terceiros:** Em 2024, o custo dos serviços totalizou R$ 202.937. O aumento de 207,33% em relação ao ano anterior decorre principalmente do rateio de custos do CSC - Centro de Serviços Compartilhados. **Custo com pessoal:** Os custos e despesas com pessoal atingiram R$ 125.487 no ano de 2024, registrando aumento de 4,78% em relação a 2023, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de custeio CSC, dissídio, gastos com assistência médica, vale alimentação, vale refeição, vale transporte e Provisão de Desmobilização de Pessoal. **Materiais, equipamentos, veículos e outros:** Em 2024 totalizou R$ 63.338, houve uma redução de -9,90% em relação a 2023, impactado principalmente nos materiais para manutenção e conservação, conforme demanda das áreas. **Custo de Obras:** Em 2024 totalizou R$ 759.461, uma redução de -23,62% em relação a 2023, essa redução é reflexo do cronograma de obras acordado com o Poder Concedente, além da contabilização dos investimentos em obras para custo direto por premissa da Companhia, devido a não recuperabilidade dos ativos com o término da concessão. Dentre os principais investimentos de 2024 destacamos: • SP 280 Implantação de vias marginais entre os kms 23+020 a 25+700 ML; • SP270 Duplicação 46+700 ao km 67 e km 67+000 ao km 87; • Recuperação de pavimento; • SP270 Dispositivo objeto de TAM km46, 58, 80 e 84; • SP280 implantação de novos acessos a Osasco (Fuad Auada); • Devolução de ativos da concessão; • SP280 Implantação faixas adicionais por nível de serviço entre o km 47 e km52; • Demais investimentos (SPA053/280 Duplicação da Livio Tagliassachi, SP270 Drenagem da Hersheys, SP280 melhorias no dispositivo km50, Desapropriações Antigas, Ações Judiciais, Projetos ATO, Meio Ambiente, Supervisão e Monitoramento respectivamente). **2.2.3. Resultado financeiro:** No ano de 2024, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido de R$ 26.089, ante R$ 23.847 em 2023 referente à movimentação (aplicação e resgate) da conta corrente da empresa, conforme disponibilidade/necessidade de caixa. **2.2.4. Prejuízo:** Em 2024, o prejuízo atingiu R$ -75.997, apresentando uma redução de -60,06% em relação a 2023, reflexo principalmente da contabilização de Investimentos como Custos. **2.2.5. Custos de Obras:** A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no contrato de concessão.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Fausto Camilotti. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 - lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste. O Sr. Fausto Camilotti pode ser contatado no telefone (11) 2664-6000 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br. Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2024, a Companhia atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a ViaOeste foram realizadas 31.122 horas de treinamento, com 77,3% de treinamentos na modalidade on-line, 17,02% na modalidade presencial e 5,68% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 4.131 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 5 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo. Em 2024, a Companhia registrou um investimento de R$ 78.123 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade ViaOeste.

4. ESG: A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, qual é desdobrada em sua Estratégia de Sustentabilidade revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR. Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança Da Estratégia De Sustentabilidade do Grupo CCR. Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. A diretoria de sustentabilidade (DS) conta com uma executiva responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação. Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025 não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse: http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários. Em abril deste ano o Instituto CCR, entidade responsável pelos investimentos socioculturais do Grupo CCR, completou 10 anos de atuação, gerenciando valor recorde de R$ 72 milhões para impacto social, um investimento recorde em toda sua trajetória. Desde a sua fundação, em 2014, o Instituto CCR já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas em mais de 430 municípios de todo o País. Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. Em abril deste ano, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança. **Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: Caminhos para a Cidadania:** O Programa Caminhos para a Cidadania é uma ação social e educativa do Grupo CCR. Promove formação continuada e empoderamento de educadoras e educadores do ensino fundamental I de redes municipais de ensino. O Programa oferta materiais pedagógicos e cursos à distância gratuitos com estratégias pautadas nas 10 Competências Gerais da BNCC. Seu eixo temático está embasado em reflexões sobre cidadania, alfabetização, diversidade, educação financeira, caminhos seguros, educação ambiental, cultura digital, arte educação e saúde mental. O objetivo é trabalhar essas temáticas com professores para que eles multipliquem com seus alunos. O tema de 2024 foi: Comunidades Leitores, no total 1277 professores se cadastraram na plataforma, 586 se matricularam nos cursos e 314 professores concluíram. **Caminhos para a Saúde**: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas. As ações da CCR ViaOeste contaram com participação do Check-up de veículos, Projeto Help (apoio emocional), além de massoterapeutas cegos do projeto Serenidade no Toque. Em 2024, essas ações e o atendimento diário somaram um total de 9.528 atendidos. **Projetos patrocinados via Lei de Incentivo ao Esporte - LIE:** Os projetos de esportes são voltados para o desenvolvimento de crianças e adolescentes dentro dos nossos municípios lindeiros, proporcionando lazer, saúde, qualidade de vida, interação social, importância de trabalho em equipe etc. Dentro desse pilar, temos os projetos Barueri Volleyball Club, Instituto Esporte Educação, Fundação EPROCAD e Instituto ASPA, onde juntos somam cerca de 1.800 impactados. **Ir e Vir: Cidadãos Vigilantes:** É uma iniciativa da Companhia de Teatro Parafernália, apresentada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, com o patrocínio do Instituto CCR. O espetáculo tem o objetivo de conscientizar o público infantojuvenil sobre a importância da Mobilidade Urbana e da Sustentabilidade. Na CCR ViaOeste a itinerância ocorreu em 9 municípios, com 4.900 alunos de escolas públicas impactados. **Conservatório de Tatuí:** O Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campos" de Tatuí é uma instituição da Secretaria da Cultura, Indústria e Economia Criativas do Governo do Estado de São Paulo, gerida pela Sustenidos Organização Social de Cultura. Patrocinado pelo Instituto CCR por meio da Lei de Incentivo à Cultura, Rouanet (IR), no ano de 2024 impactou 335 pessoas na região da ViaOeste, esses números são de expectadores em apresentações itinerantes da instituição em Sorocaba. **Campanha Lacre Solidário:** A campanha será realizada anualmente, em parceria com a APAE. O objetivo é arrecadar lacres em vários locais de trabalho e doar para a instituição. No ano de 2024 não houve arrecadações suficientes para doação. **4.3. Reconhecimentos e Prêmios:** Anualmente a companhia também participa da Premiação "Melhor Concessionária do Ano" da ARTESP, no entanto, os resultados de 2024 ainda não foram divulgados. **5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2. Auditores independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**371.425**	**439.799**
Caixa e equivalentes de caixa	6	193.777	269.613
Aplicações financeiras	6	43.012	16.103
Contas a receber das operações	7.1	114.098	92.379
Contas a receber de partes relacionadas	10	48	13.628
Tributos a recuperar		15.482	34.900
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.912	7.648
Despesas antecipadas e outros créditos		3.096	5.528
Não circulante		**15.932**	**54.337**
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	2.087	1.979
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	-	1.912
Tributos a recuperar		2.294	12.476
Depósitos judiciais e outros créditos		1.701	1.708
Imobilizado	11	**4.842**	**8.150**
Intangível	12	**5.008**	**28.112**
Total do ativo		**387.357**	**494.136**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante		**252.817**	**276.143**
Fornecedores	13	144.135	171.929
Impostos e contribuições a recolher		27.885	27.168
Obrigações sociais e trabalhistas		20.388	13.967
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	5.073	4.588
Obrigações com o Poder Concedente		31.143	29.737
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	22.188	22.188
Outras obrigações		2.005	6.566
Não circulante		**178.970**	**186.737**
Fornecedores	13	2.546	20.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	239
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	-	8
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	15.320	4.695
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	10	161.000	161.000
Obrigações sociais e trabalhistas		104	379
Patrimônio líquido		**(44.430)**	**31.256**
Capital social		139.763	139.763
Reservas de capital	15.1	3.160	2.849
Reservas de lucros		35	35
Prejuízos acumulados		(187.388)	(111.391)
Total do passivo e patrimônio líquido		**387.357**	**494.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

			Reservas de capital		Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Ágio na incorporação	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**139.763**	**2.642**	**-**	**35**	**27.953**	**16.502**	**34.421**	**-**	**221.316**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(190.267)	(190.267)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	207	-	-	-	-	-	207
Destinações:										
Reserva legal		-	-	-	-	(27.953)	-	-	27.953	-
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(34.421)	34.421	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	(16.502)	-	16.502	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**139.763**	**2.642**	**207**	**35**	**-**	**-**	**-**	**(111.391)**	**31.256**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(75.997)	(75.997)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.5	-	-	311	-	-	-	-	-	311
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**139.763**	**2.642**	**518**	**35**	**-**	**-**	**-**	**(187.388)**	**(44.430)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	16	**1.122.758**	**1.134.403**
Custos dos serviços prestados		**(1.137.506)**	**(1.263.793)**
Custo de obras		(749.117)	(939.485)
Serviços		(182.795)	(82.024)
Custo com pessoal		(88.283)	(85.173)
Custo da outorga		(54.678)	(54.676)
Depreciação, amortização e *impairment*	11 e 12	(21.875)	(43.105)
Materiais, equipamentos e veículos		(15.569)	(19.258)
Custo de imobilizado (não ativável)		(9.964)	(25.037)
Aluguéis		(4.721)	(5.199)
Energia elétrica		(3.470)	(2.059)
Outros		(7.034)	(7.777)
Prejuízo bruto		**(14.748)**	**(129.390)**
Despesas operacionais		**(90.309)**	**(84.595)**
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(37.204)	(34.593)
Serviços		(20.522)	(13.768)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.072)	(1.576)
Depreciação, amortização e *impairment*	11 e 12	(39)	(227)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(10.625)	1.030
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(6.736)	(11.756)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(315)	(236)
Indenizações		(4.708)	(5.563)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		-	(3.178)
Água, luz, telefone, internet e gás		(989)	(2.805)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(765)	(668)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	151	(143)
Despesas, reversão (provisão) e multas indedutíveis		1.266	(3.237)
Outras receitas (despesas) operacionais		(8.751)	(7.875)
Resultado antes do resultado financeiro		**(105.057)**	**(213.985)**
Resultado financeiro	17	26.089	23.847
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**(78.968)**	**(190.138)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	2.971	(129)
Prejuízo do exercício		**(75.997)**	**(190.267)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Prejuízo do exercício	**(75.997)**	**(190.267)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(75.997)**	**(190.267)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		**(75.997)**	**(190.267)**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(239)	239
Apropriação de despesas antecipadas		7.648	10.963
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(151)	143
Depreciação, amortização e *impairment*	11 e 12	21.914	43.332
Baixa do ativo imobilizado	11	41	14
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	30.207	7.556
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	-	270
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	17	4	7
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	15.5	311	207
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(3.129)	(1.087)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(21.568)	(12.789)
Contas a receber de partes relacionadas	10	13.580	(2.855)
Impostos a recuperar		29.600	(5.212)
Adiantamento a fornecedores		178	(152)
Despesas antecipadas e outros créditos		2.311	596
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	13	(45.668)	94.767
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	477	1.525
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(19.582)	(8.586)
Obrigações sociais e trabalhistas		6.146	1.901
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		6.715	23.300
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(5.998)	(15.913)
Obrigações com o Poder Concedente	19.1	1.406	27.718
Ressarcimento de obras efetuadas		4.457	-
Outras obrigações		(4.611)	5.014
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(51.948)**	**(19.309)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(23.780)	244.560
Resgates/Aplicações (conta reserva)	6	(108)	(109)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(23.888)**	**244.451**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	161.000
Debêntures			
Pagamentos de principal		-	(481.977)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**-**	**(320.977)**
Redução do caixa e equivalentes de caixa		**(75.836)**	**(95.835)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		269.613	365.448
No final do exercício		193.777	269.613
		(75.836)	**(95.835)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 - Lado Par - Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão entre 30 de março de 1998 a 29 de março de 2025 (mediante TAM 26/2023), a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP. Ainda restam obras em andamento que serão concluídas após o término de Concessão do Lote 12 em 29 de março de 2025, sendo elas: Obras Contratuais: • Item 010202 - Duplicação - km 53+000 ao km 58+500 - Sub-trecho 2 - Vargem Grande Paulista/São Roque - Término previsto para 30/08/2025; • Item 010205 - Duplicação - km 45+200 ao km 53+000 - Sub-trecho 5 - Vargem Grande Paulista/ São Roque - Término previsto para 30/06/2025; • Item 010206 - Duplicação - km 67+000 ao km 87+200 - Sub-trecho 6 - Mairinque/ Brigadeiro Tobias - Término previsto para 30/07/2025; • Item 02040106 - Implantação de Entroncamento com a SP-50 / 270 km 50+300 - São Roque - 30/06/2025; e • Item 02040107 - Implantação de Entroncamento com a SP 274 km 54+300 (antigo km 54+500) - São Roque - Término previsto para 30/08/2025. Obras acordadas por meio do TAM nº 25/2022: • Item 020802 - Implantação das Marginais do km 23+000 ao km 32+000 - SP-280 - Pistas Leste e Oeste - Término previsto para 30/12/2025. Obras acordadas por meio do TAM nº 26/2023: • Item 0204013801 - Implantação de dispositivo no km 67+500 da SP270 - Término previsto para 30/08/2025; • Item 0204013802 - Implantação de dispositivo no km 75+900 da SP270 - Término previsto para 30/08/2025; • Item 0204013803 - Implantação de dispositivo no km 84+300 da SP270 - Término previsto para 30/04/2025; • Item 02040113-2 - Complemento de implantação de dispositivo no km 80+800 da SP270 - Término previsto para 30/04/2025; e • Item 02040137 - Implantação de dispositivo no km 46+800 da SP270 - Término previsto para 30/08/2025. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas. Em 28 de junho de 2023, foi celebrado o 26º Termo Aditivo entre a Concessionária e o Estado de São Paulo, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para 29 de março de 2025, mediante a inclusão de novos investimentos na concessão, reconhecimento de desequilíbrio financeiro de processos administrativos em favor da Concessionária e repasse, ao Poder Concedente, do percentual de 20,71% da receita bruta de arrecadação, correspondente ao excedente tarifário. O valor total dos investimentos incluídos na concessão, estão em análise pela ARTESP, e serão submetidos à instrução técnica e deliberação pela Agência. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024: 1.1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões. **1.2.1. Processos em andamento:** a. Marginais Castello - ampliações por nível de serviço SP 280 - KM 23 a 32. O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os kms. 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço, bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço. O processo segue em fase administrativa. b. Sistema semiautomático de pedágio. O contrato de concessão estabelecia a obrigação da Companhia implantar a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998). Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pela Companhia. O processo segue em fase administrativa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 26 de fevereiro de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 12. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 14.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.6. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios. Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.10. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **3.12. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de**

continua

Editais

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

infraestrutura - (ICPC 01 R1): A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.13. Pagamento baseado em ações:** Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos. **3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18; **3.15. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 10, 16 e 18. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10, 16, 18 e 19. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 18. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora final, CCR S.A.. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras obrigações	146.140	2.546
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.073	-
AFAC - partes relacionadas	-	161.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-
Obrigações com o Poder Concedente	31.143	-

(a) Valores brutos do custo de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	6.628	6.139
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	187.149	263.474
Total	**193.777**	**269.613**
Aplicações Financeiras	**2024**	**2023**
Circulante	**43.012**	**16.103**
Aplicações financeiras (a)	43.012	16.103
Não circulante	**2.087**	**1.979**
Conta reserva (b)	2.087	1.979
Total	**45.099**	**18.082**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,01% do CDI, equivalente a 10,88% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (101,49% do CDI, equivalente a 13,30% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2023). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	**114.098**	**92.379**
Contas a receber das operações (a)	114.134	92.566
Provisão para perda esperada (b)	(36)	(187)
Total	**114.098**	**92.379**

(a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas acessórias e de pedágio; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	113.831	92.200
Créditos vencidos até 60 dias	267	155
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	-	24
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	-	83
Créditos vencidos há mais de 180 dias	36	104
Total	**114.134**	**92.566**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(78.968)**	**(190.138)**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**26.849**	**64.647**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(326)	(1.358)
IR e CS não constituídos sobre diferenças temporárias (a)	(27.334)	(64.567)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(129)	(375)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1.183	1.524
Outros ajustes tributários	2.728	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**2.971**	**(129)**
Impostos correntes	2.732	110
Impostos diferidos	239	(239)
Alíquota efetiva de impostos	**3,76%**	**-0,07%**

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, decorrente do encerramento de cronograma de realização dos ativos, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2024	2023
Ativo	**324**	**1.491**
Provisão para perda por *impairment*	47	807
Provisão para participação nos resultados (PLR)	79	259
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	63	157
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	84	93
Programa de gratificação longo prazo	15	37
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	4
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	103
Provisão para fornecedores	4	31
Outros	32	-
Compensação de imposto ativo	**(312)**	**(1.882)**
Impostos ativos após compensação	**12**	**(390)**
Passivo	**(324)**	**(1.730)**
Capitalização de juros	(151)	(918)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(161)	(805)
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(12)	(7)
Compensação de imposto passivo	**312**	**1.882**
Impostos passivos após compensação	**(12)**	**152**
Imposto diferido líquido	**-**	**(239)**
Movimentação do imposto diferido	**2024**	**2023**
Saldos em 1º de janeiro	**(239)**	**-**
Reconhecimento no resultado	239	(239)
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**(239)**

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil). A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R$ 372.274 (R$ 126.573 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2024) e em 31 de dezembro de 2023 montante de R$ 291.890 (R$ 99.243 - efeito tributário) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a compensar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Outorga variável	1.912	7.648	-	1.912	7.648	10.963
Total	**1.912**	**7.648**	**-**	**1.912**	**7.648**	**10.963**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2024			2023		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**8**	**2.198**	**2.206**	**21**	**142.866**	**142.887**
Aplicações financeiras	-	-	**-**	-	128.211	**128.211**
Bancos conta movimento	-	2.157	**2.157**	-	1.045	**1.045**
Contas a receber	8	40	**48**	21	13.607	**13.628**
Outros créditos	-	1	**1**	-	3	**3**
Passivo	**188.013**	**248**	**188.261**	**187.270**	**514**	**187.784**
Fornecedor e contas a pagar	4.825	248	**5.073**	4.082	514	**4.596**
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-	**22.188**	22.188	-	**22.188**
Adiantamento para futuro aumento de capital	161.000	-	**161.000**	161.000	-	**161.000**

	2024			2023		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(130)	**(130)**	-	(308)	**(308)**
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	(171)	**(171)**	-	(410)	**(410)**
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	(629)	**(629)**	-	(1.993)	**(1.993)**
Custos/despesas - doações	-	-	**-**	-	(3.117)	**(3.117)**
Custos/despesas - compra de bens	-	-	**-**	(3)	-	**(3)**
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(8.705)	**(8.705)**	-	-	**-**
Custos/despesas - seguros	-	(11)	**(11)**	-	-	**-**
Custos/despesas - outros gastos gerais	-	(63)	**(63)**	-	-	**-**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(172)	**(172)**	-	(220)	**(220)**
Receitas de aplicações financeiras	-	3.323	**3.323**	-	12.508	**12.508**
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	77	**77**	-	53	**53**
Receitas de vendas de ativo imobilizado	-	1.294	**1.294**	-	1	**1**
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	-	830	**830**	-	2.237	**2.237**
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	(61.607)	-	**(61.607)**	(53.951)	(7)	**(53.958)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(328)	(196)	**(524)**	(35)	(70)	**(105)**
Repasse de custos e despesas - rodovias	-	(703)	**(703)**	-	-	**-**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros da Administração da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que seja atribuído aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R$ 7.103, referente as despesas com profissionais-chave. Não há outras remunerações da Administração.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**45**	**595**	**681**	**1**	**4.722**	**742**	**6.786**	**3.393**	**10.179**
Baixas	-	(11)	-	-	-	(3)	(14)	-	(14)
Transferências	-	134	-	-	-	128	262	(262)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	106	-	-	-	-	106	-	106
Depreciação	(39)	(658)	(594)	-	-	(830)	(2.121)	-	(2.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6**	**166**	**87**	**1**	**4.722**	**37**	**5.019**	**3.131**	**8.150**
Custo	2.334	26.644	11.407	1	4.722	43.985	89.093	3.131	92.224
Depreciação acumulada	(2.328)	(26.478)	(11.320)	-	-	(43.948)	(84.074)	-	(84.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6**	**166**	**87**	**1**	**4.722**	**37**	**5.019**	**3.131**	**8.150**
Baixas	-	(34)	(6)	(1)	-	-	(41)	-	(41)
Transferências	-	74	2	-	-	-	76	(76)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	342	-	-	-	-	342	-	342
Depreciação	(4)	(251)	(83)	-	-	(37)	(375)	-	(375)
Outros	(2)	(177)	-	-	-	-	(179)	(3.055)	(3.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**120**	**-**	**-**	**4.722**	**-**	**4.842**	**-**	**4.842**
Custo	1.903	26.057	10.627	-	4.722	43.336	86.645	-	86.645
Depreciação acumulada	(1.903)	(25.937)	(10.627)	-	-	(43.336)	(81.803)	-	(81.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**120**	**-**	**-**	**4.722**	**-**	**4.842**	**-**	**4.842**
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2024	21	26	37	-	-	20	-	-	-

Não foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2024.

12. Intangível

	Intangível				
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**64.849**	**670**	**-**	**3.910**	**69.429**
Transferências	-	1.064	-	(1.064)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(106)	-	-	(106)
Amortização	(40.117)	(1.094)	-	-	(41.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**24.732**	**534**	**-**	**2.846**	**28.112**
Custo	2.166.849	18.492	251.709	2.846	2.439.896
Amortização acumulada	(2.142.117)	(17.958)	(251.709)	-	(2.411.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**24.732**	**534**	**-**	**2.846**	**28.112**
Amortização	(20.926)	(613)	-	-	(21.539)
Transferências	-	304	-	(304)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(342)	(342)
Outros	977	-	-	(2.200)	(1.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.783**	**225**	**-**	**-**	**5.008**
Custo	2.169.954	18.796	251.709	-	2.440.459
Amortização acumulada	(2.165.171)	(18.571)	(251.709)	-	(2.435.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.783**	**225**	**-**	**-**	**5.008**
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20	(a)		

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Não foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2024. **Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizados testes anuais de recuperabilidade de ativos intangíveis, que apresentavam indicadores de possível perda de recuperação, sendo que não se identificou necessidade de complemento ou reversão de provisão para a Companhia. O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros. esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio. Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.

13. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	**144.135**	**171.929**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	67.651	118.588
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	38	65
Cauções e retenções contratuais (b)	76.446	53.276
Total	**144.135**	**171.929**
	2024	**2023**
Não circulante	**2.546**	**20.416**
Cauções e retenções contratuais (b)	2.546	20.416
Total	**2.546**	**20.416**

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.194**	**3.501**	**-**	**4.695**
Constituição	21.736	8.232	56	30.024
Reversão	(87)	(659)	(55)	(801)
Pagamentos	(16.813)	(2.766)	(3)	(19.582)
Atualização de bases processuais e monetária	568	414	2	984
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.598**	**8.722**	**-**	**15.320**

14.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	10.466	14.799
Trabalhistas	4.975	1.139
Total	**15.441**	**15.938**

15. Patrimônio líquido: 15.1 Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais. **15.2 Reserva de incentivo fiscal:** A reserva no montante de R$ 35, é oriunda da destinação de incentivo ao Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). **15.3 Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Neste semestre houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 10.707; • Data da outorga: 26 de junho de 2024; • Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R$ 13,04; • Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R$ 14,61, R$ 16,44 e R$ 18,46; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, 10.707 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 311.

16. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	**1.247.375**	**1.252.522**
Receitas de pedágio	1.224.739	1.228.411
Receitas acessórias	22.636	21.874
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	-	2.237
Deduções das receitas brutas	**(124.617)**	**(118.119)**
Impostos sobre receitas	(122.840)	(117.388)
Abatimentos	(1.777)	(731)
Receita operacional líquida	**1.122.758**	**1.134.403**

17. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	**(1.640)**	**(1.531)**
Juros passivos	(888)	(681)
Despesas bancárias	(352)	(343)
Juros sobre debêntures	-	(270)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(5)	(9)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(395)	(228)
Receitas financeiras	**27.729**	**25.378**
Rendimento sobre aplicações financeiras	23.743	20.658
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	2
Juros e outras receitas financeiras	3.985	4.718
Resultado financeiro líquido	**26.089**	**23.847**

18. Instrumentos financeiros: 18.1 Instrumentos financeiros por categoria: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2024	2023
Ativos		**353.022**	**393.702**
Valor justo através do resultado		**238.876**	**287.695**
Caixa e bancos	Nível 2	6.628	6.139
Aplicações financeiras	Nível 2	230.161	279.577
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	2.087	1.979
Custo amortizado		**114.146**	**106.007**
Contas a receber das operações		114.098	92.379
Contas a receber de partes relacionadas		48	13.628
Passivos		**(368.090)**	**(416.432)**
Custo amortizado		**(368.090)**	**(416.432)**
Fornecedores e outras obrigações		(148.686)	(198.911)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(5.073)	(4.596)
AFAC - partes relacionadas		(161.000)	(161.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(22.188)	(22.188)
Obrigações com o Poder Concedente		(31.143)	(29.737)
Total		**(15.068)**	**(22.730)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **18.2 Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **18.3 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em R$ [3][4]	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	231.364	22.025	16.538	11.039
Efeito sobre as aplicações financeiras		22.025	16.538	11.039
Total do efeito de ganho		**22.025**	**16.538**	**11.039**
As taxas de juros consideradas foram [1]:	CDI [2]	12,1500%	9,1125%	6,0750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: 19.1. Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

			Valor pago no exercício		Circulante - Valor a pagar	
Outorga variável	%	Base	2024	2023	2024	2023
ViaOeste	3,0	Receita bruta	46.876	41.583	3.966	3.814
		Total	**46.876**	**41.583**	**3.966**	**3.814**

19.2. Compromissos relativos à concessão: A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	438.902	1.242.280

O compromisso de investimento estimado da ViaOeste, levando-se em conta obras de nível de serviço, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, totaliza R$ 855.104. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Roberto Penna Chaves Neto - Vice - Presidente
Josiane Carvalho de Almeida - Membro efetivo

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes - Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Fausto Camilotti - Diretor de Engenharia e de Operações
Josiane Carvalho de Almeida - Diretora Administrativo Financeiro

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. - Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

LEILÕES DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: NO CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE WWW.COPART.COM.BR CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

ANDRÉ CENCIN
LEILOEIRO OFICIAL JUCESP 1143.

± 90 VEÍCULOS PARTICULARES, MOTOS E CAMINHÕES DE VMC (VENDA MEU CARRO). VENHA CONFERIR.

NESTA QUINTA-FEIRA, 27/02/25 às 18h30.
Local do Leilão: Rua Henry Ford, 965 Presidente Altino Osasco-SP.

DESTAQUES: • POLO 2023 • COROLLA 2023 • RENEGADE 2021 • FIT 2021 • ÔNIX 2018 • AMAROK 2017 • CELTA 2010 • ECOSPORT 2017 • MONTANA 2014 • GOL 2010 • SANTANA 1994.

TODOS OS LEILÕES ONLINE
AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: NO CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE WWW.COPART.COM.BR, DIVERSAS MARCAS E MODELOS DE IMPORTADOS / NACIONAIS, VENHA CONFERIR.

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DÉBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR, DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL, AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATÁLOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. ANDRÉ CENCIN - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1143. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA HENRY FORD, 965 OSASCO-SP TEL.: (11) 3651.8800 FAX: (11) 3681.0366. (CATÁLOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).